



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

“TRABALHO E POLÍTICAS DE EMPREGO – UM RETROCESSO EVITÁVEL”

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – 21 SETEMBRO 2017

Quero começar por agradecer a Manuel Carvalho da Silva o amável convite que me dirigiu para apresentar este livro e saudar através dele os outros dois coordenadores, Pedro Hespanha e José Castro Caldas, de cujos trabalhos de investigação sou admirador, crítico e beneficiário há muito tempo.

Saúdo também naturalmente todos os autores dos diferentes capítulos desta obra coletiva, muitos deles aqui presentes, reputados economistas e sociólogos, há muito dedicados ao estudo das relações laborais.

Reunimo-nos hoje, 21 de setembro de 2017, num contexto diferente daquele que presidiu à criação em abril de 2012 do Observatório sobre Crises e Alternativas do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Naturalmente, em 5 anos muda sempre muita coisa na vida de um país. Mas de facto não há comparação possível entre o momento que o País vivia naquela altura e o ambiente que se vive hoje.

Estamos hoje a viver um novo tempo político, económico e social.

Muitos homens e mulheres, muitas instituições, nacionais e europeias, muitas decisões contribuíram para tornar possível a realidade que hoje vivemos.

A conjuntura económica europeia e internacional também terá ajudado.

Mas na frente interna, é justo reconhecer o papel do Observatório das Crises e Alternativas, que numa fase em que só se falava de crise da dívida veio falar das várias crises que afetavam o País, nomeadamente a crise social. E num momento em que nos diziam que não havia alternativa, foi estudar alternativas e apresentou-as.

Deram aqui um bom exemplo de curiosidade intelectual e dedicação cívica.

Ajudaram a equilibrar os termos do debate, e isso é da maior importância para a vitalidade de uma democracia.

Como insistia sempre o nosso querido Mário Soares, em democracia há sempre alternativas!



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Não acredito em democracias de qualidade onde aos eleitores não é oferecida uma escolha clara.

Podemos orgulhar-nos de não termos no Parlamento português partidos extremistas, como sucede por essa Europa fora.

E podemos orgulhar-nos de termos hoje à nossa frente projetos políticos claramente diferenciados, e isso é muito bom, desde que se mantenha o espírito de lealdade institucional e diálogo estratégico entre os partidos e os Grupos Parlamentares.

Para que as alternativas surjam não basta o trabalho dos partidos políticos. À medida que as funções do Estado se tornam mais complexas e que a europeização das políticas traz novas exigências, torna-se cada vez mais decisivo o papel das Universidades e dos debates de ideias na alimentação dos programas de Governo.

Sem combates culturais sérios não há combates políticos verdadeiros.

Saúdo pois uma vez mais o trabalho do Centro de Estudos Sociais e do Observatório sobre Crises e Alternativas, em prol do conhecimento e da divulgação de alternativas no campo da economia política e das políticas públicas.

É bom que a Economia não fale a uma só voz!



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Já dizia Max Weber que nas Ciências Sociais estamos sempre em relação com os nossos valores. O que é preciso é que as diferentes teses e os diversos argumentos possam ser escrutinados.

E depois do relatório sobre o ajustamento, e depois do relatório sobre a financeirização, aqui temos o Trabalho e as Políticas de Emprego.

De facto, nunca fui, como sabem, um adepto das teses da mão invisível. Sempre me identifiquei mais com a ideia da economia de mercado como uma construção política e o resultado de escolhas políticas.

A globalização, as inovações tecnológicas, não são processos exteriores às decisões políticas; nada disso é produto de uma força da natureza que a humanidade não controla.

Pelo contrário, são processos que resultam de escolhas políticas e que têm consequências sociais.

Olhemos para o que nos diz o último World Economic Outlook, publicado pelo Fundo Monetário Internacional.

Comparando com o que se passava antes da década de 1980, os salários valem hoje menos na riqueza dos Países desenvolvidos. E mesmo na riqueza dos Países em desenvolvimento esse valor tem vindo a baixar.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

As decisões tomadas relativamente à abertura comercial e as inovações tecnológicas têm aqui consequências. Trouxeram vantagens para os consumidores e para a ascensão de uma nova classe média nos Países em Desenvolvimento mas criaram fortes pressões ao mundo do trabalho, designadamente na Europa e na América do Norte.

A estas tendências de longo prazo somou-se a grande recessão iniciada com o colapso do Lehman Brothers em 2007-2008, rapidamente transformada em crise financeira e depois em crise económica, com implicações nas dívidas soberanas e na sustentabilidade das políticas sociais do Estado, muito por força da resposta europeia à crise.

Todos os estudos de opinião demonstram há muito o apoio dos portugueses à intervenção do Estado na educação, na saúde, na segurança social, no mercado de trabalho, na formação e emprego. Nas chamadas políticas de solidariedade.

Julgo que isto é partilhado por outras sociedades europeias, e não será por acaso que o momento de maior apoio à União Europeia até hoje foi precisamente quando a União Europeia se assumiu como um modelo social de referência.

Portanto, só numa situação de grande constrangimento financeiro do Estado, como aquela que vivemos, seria possível levar a cabo a política que uns chamam de ajustamento estrutural e que os autores e coordenadores deste livro chamam de desvalorização interna.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

“A crise constituiu-se em oportunidade para uma reforma regressiva do trabalho e do emprego concebida, sem consideração pelas circunstâncias, para ser estrutural”, lê-se na introdução.

Sem o instrumento da desvalorização cambial foi de facto mais fácil prosseguir o caminho da desvalorização interna pela via laboral – o que, sem dúvida, tem implicações, mais duradouras e estruturais.

Com maior ou menor investimento, com mais ou menos cortes, com mais ou menos cativações, não se pode dizer que os sistemas públicos de saúde, educação e segurança social se tenham totalmente descaracterizado... Mas na área do trabalho não terá sido assim.

Vivemos hoje um clima de maior confiança económica, com a recuperação de rendimentos a vir acompanhada de recuperação de emprego.

O Estado social está em melhores condições para se financiar.

O INE estima um crescimento económico de 2,8% em relação ao período homólogo de 2016.

O desemprego desceu abaixo dos 10%, não por causa da desistência ou da emigração, como no passado recente, mas graças à criação de emprego.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Segundo o Eurostat, Portugal teve o maior crescimento de emprego da União Europeia no segundo trimestre deste ano e a maior subida da produção industrial no espaço europeu em julho.

Todo o processo de consolidação financeira e orçamental fica assim mais facilitado porque com menos desemprego e mais crescimento há sempre menos despesa social e mais receita fiscal.

Tudo isto são boas notícias para o País, embora continuemos a ter problemas estruturais na Economia e nas Finanças públicas e privadas.

Parece-me essencial é que estas boas notícias não façam esquecer a importância de continuar a olhar para quem ficou para trás: para os jovens que emigraram, os trabalhadores que ainda procuram emprego, as pessoas que estão em risco de pobreza, as desigualdades crescentes...

As lições que nos chegam das últimas eleições nos Estados Unidos, na Holanda, no Reino Unido e em França, dizem-nos que a tolerância das sociedades democráticas com políticas que geram mais desigualdades está próxima do zero...

E é hoje evidente para todos que a globalização trouxe perdas significativas ao nível do fator trabalho.

Não basta criar emprego. Não basta crescer de qualquer maneira. As pessoas precisam de emprego qualificado, com direitos, e exigem mais igualdade de oportunidades. No fundo, trata-se de assegurar uma prosperidade partilhada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

É impossível esperar grande apoio popular à globalização, e à integração europeia, se desses processos de integração económica e política não resultar mais mobilidade social e mais justiça.

A mudança deste estado de coisas vai depender muito da criação de condições para uma globalização mais regulada e para uma Europa com mais harmonização fiscal e laboral. Isso vai implicar lutas sociais e alianças internacionais.

Mas nenhuma luta nem nenhuma política se impõem sem argumentos.

Na política democrática ganha a força das ideias.

Se há ideias feitas, há que contrapor com dados e argumentos a nossa leitura das coisas e a nossa visão do mundo.

É isso que é muito bem feito neste livro que hoje apresentamos.

Já todos ouvimos dizer que a robotização vai dispensar no futuro os trabalhadores. Que o trabalho assalariado e sindicalizado tem os dias contados, nesta era do empreendedorismo digital e da chamada uberização. Que o crescimento económico não gera riqueza suficiente para redistribuir e criar emprego.

Já ouvimos isto tudo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Realmente, é como se estivéssemos condenados à exclusão dos desempregados e ao aumento das desigualdades.

Os autores deste livro que hoje apresentamos desmontam com dados empíricos estas ideias feitas, revelando, como seria de esperar, o recurso atualizado aos mais relevantes contributos científicos internacionais.

Como bem notam na introdução, “O baixo crescimento do emprego nestes últimos anos mais facilmente pode ser atribuído aos ciclos financeiros de expansão e contração, e a mudanças de política macroeconómica, mais focada nas contas públicas do que no pleno emprego”.

Realmente, como dizem com graça, “Os robôs podem estar por todo o lado, mas tardam em aparecer nos dados estatísticos”.

E quanto ao trabalho assalariado, não será que as transformações tecnológicas e as plataformas digitais estilo Uber vão acabar com ele?

Também aqui os autores desmontam a ilusão de uma economia colaborativa em que seríamos todos patrões e em que não precisaríamos de sindicatos.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Por detrás dessas experiências laborais está a mais profunda precarização: “O que o debate em torno das plataformas digitais ilustra é que a tecnologia não deve ser entendida como dado exógeno que molda a restante economia. A adoção de novas tecnologias depende sempre de determinada organização do trabalho e de incentivos particulares”.

E finalmente, segundo os coordenadores deste livro, também não podemos alinhar nas teses do fim do crescimento económico, tão caras ao antigo secretário do tesouro de Bill Clinton, o economista Larry Summers.

O que há é uma crescente concentração da propriedade e da riqueza, uma crescente tendência para práticas especulativas, com todas as consequências que daí advêm para a coesão social e para a estabilidade financeira.

Em suma, citando-os uma vez mais: “dependendo das políticas públicas e da direção que imprimem à mudança institucional, a tecnologia tanto pode ser destruidora do trabalho e das vidas humanas que lhes estão associadas como ser emancipadora.”

É por isso com uma esperança fundamentada que concluem: “O futuro do trabalho e do emprego está em aberto, depende da nossa capacidade de escrutinar e explicitar os fins que coletivamente decidirmos prosseguir”.

Tudo dependerá, como escrevem, “do entendimento que, enquanto sociedade, fazemos do trabalho e do seu valor”.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Dar valor ao trabalho é de facto urgente. Ele faz parte da nossa vida em sociedade e da nossa identidade pessoal. Não pode ser entendido como uma mercadoria qualquer. É um direito indissociável da dignidade humana.

Por muito tentadores que sejam os discursos do empreendedorismo individual e do fim do trabalho assalariado, por detrás de uma aplicação e de uma plataforma digital há sempre uma grande empresa.

E uma ligação contratual entre um grande empregador e um trabalhador individual é sempre uma relação desigual.

Só a contratação coletiva e o sindicalismo podem reequilibrar essa relação. Temos porventura de olhar para a contratação e o sindicalismo com novos olhos, mas uma coisa é certa: uma democracia sem direitos laborais e sem movimentos sindicais sólidos é uma democracia mais pobre. E isso fica muito claro pela leitura deste livro.

Os meus parabéns aos autores por este importante trabalho. E o meu muito obrigado a todos os presentes pela atenção dispensada.

Muito obrigado.

Eduardo Ferro Rodrigues